

ATA nº 05/2022

Bauru, 27 de maio de 2022

Aos vinte e sete de maio de dois mil e vinte e dois, de forma presencial, no CANAL DIRETO SP + PERTO, localização à Avenida Cruzeiro do Sul 13-15, Jardim Carvalho (Antigo D.E.R.), reuniram-se ordinariamente os conselheiros: Sidnei Rodrigues e Gilda Scalfi – SEMMA; Ana Elisa Talon - SEPLAN; Otaviano Pereira – SAGRA; Daniel Godoy Tarcinali - SMS; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos - SME; Carlos Alberto Rino e Wesley Passeto de Freitas - DAE; Renato Delgado - CATI; Bruna Arantes Parrera Pinto - DAEE; José Paulo Braga Sampaio - Fundação Florestal; José Aparecido dos Santos - AGB; José Ricardo Carrijo – Instituto Vidágua; Adriano Marchello - Unisagrado; Simony Coelho e Kleiton José Carrara – OAB; Ricardo Crepaldi - Abes; Ricardo Coube - Ciesp; Gabriel Temer Feres - CREA; Gisele Moretti e Benedita Gonçalves Moreira - COOPECO. Também estiveram presentes: Levi Momesso - Secretário Municipal do Meio Ambiente; Roldão Antonio, Daniel Rolim e Rafael Rosalin - SEMMA; Gabriel Motta - SAGRA; Carla Gheler - assessora do Dep. Rodrigo Agostinho; Marina de Godoy Nigro - Coletivo Ação Libertária; Thalissa Umimura, Chelsea Rodrigues, Matheus Dutra Enrico Breviglieri, Mariana Bertti, Gabriel Barcelos, Sarah Barrochelo, Matheu Parmegiani, Henrique Horiysh, Matheus Sene, Bruna Bortolomai, Lavínia Batista, Júlia Borelli, Ana Laura Dangió, Mayre Sousa e Beatriz Domingos - todos do curso de Biologia da Unesp e ainda a Profa. Ana Cecilia Pegoraro Massom da ITE; Fábio Comin - pesquisador. Justificaram a ausência: Maria Izabel Medeiros - Apta; Aloisio Sampaio - Unesp; João Carlos Herrera - Assenag e; Marcelo Markino - EMDURB. Foram tratados os seguintes assuntos: **1. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente; 2. Andamento do processo para edital do PAPP; 3. Processos Administrativos Semma nº 132040/2021 e 116392/2021, referente a supressão e danos em espécies arbóreas e nº 44904/2021, referente a árvores tombadas; 4. Lei de Arborização Urbana; 5. Participação do Comdema nas audiências públicas - PL Distritos Industriais, Desburocratização procedimento aprovação Seplan, e outras. 6. Outros assuntos.** A reunião foi iniciada às 9h20 (nove horas e trinta minutos) em segunda chamada. Sra. Simony agradeceu a presença de todos os conselheiros e dos alunos de biologia da Unesp, convidados do professor Matheus e passou a palavra ao Sr. Carrijo. O Conselheiro explicou o funcionamento do Conselho e a história do COMDEMA aos convidados, informando que é composto de forma paritária entre sociedade civil e poder público, com reuniões mensais e Câmaras Técnicas que auxiliam nos estudos, explicou também sobre programa de educação ambiental - PMEA - que foi elaborado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, quando coordenada pela Profa. Dra. Jandira Talamoni e é destinado aos estudantes dos 4º e 5º anos (quartos e quintos anos), do Sistema Público Municipal de Bauru. Sra. Simony apresentou os membros do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal e passou ao primeiro item da pauta. **1. Apresentação das contas do Fundo Municipal do Meio Ambiente - Sra. Simony**

Reunião Ordinária nº 05/2022
27 de maio de 2022



Página 1 de 17

CATR

Gilda





explicou que o Conselho Fiscal faz a fiscalização do Fundo do Meio Ambiente, com as notas e comprovantes de movimentação das contas que são fornecidas pela Secretaria de Finanças, as quais são utilizadas para o preenchimento da planilha de acompanhamento pelo Sr. Ricardo, passando a palavra a ele. O conselheiro projetou a planilha e explicou o acompanhamento pelos extratos mês a mês, informando que a partir dos extratos conseguem verificar a pendências financeiras, rendimentos e entradas, contando que o principal rendimento do Fundo vem das autuações e da balança da SEMMA e também dos rendimentos financeiros. Informou que o mês de abril começou com R\$ 2.454.498,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e oito reais) no total, houve uma entrada de aproximadamente 15 mil (quinze mil reais). Acrescentou que o Fundo possui duas aplicações, de contas correntes, e uma terceira que está sendo desativada e está com um pequeno residual, assim hoje não há despesas registradas porque o contrato com a Ascam foi encerrado e está judicializado, mas há um valor de R\$ 249.400,00 (duzentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais) bloqueado no aguardo da decisão judicial sobre o pagamento ou não. Em seguida, explicou os percentuais em que o uso do fundo está dividido: 45% (quarenta e cinco por cento) para uso da SEMMA; 35% (trinta e cinco por cento) para os projetos do PAPP - dividido entre seus projetos a serem aprovados - e; 20% (vinte por cento) são reservas do Fundo. Acrescentou que, nesta data, foi feita uma visita na balança da Prefeitura, que é administrada pela SEMMA, na tentativa de entender seu funcionamento, e o que foi verificado é que existe sim entrada de dinheiro e que todo primeiro dia útil do mês é feito o envio dos recursos em espécie para a SEMMA e em seguida para a Secretaria de Finanças e agora precisa-se descobrir porque esse dinheiro não está chegando e não está sendo contabilizado na conta do Fundo, uma vez que nesses últimos quatro meses o recurso não apareceu no demonstrativo financeiro da Secretaria de Finanças. Afirmou que o segundo passo será identificar quais autuações registram qual valor dentro desse total porque a Secretaria de Finanças, pelos extratos e documentos, passa esse valor sem especificar ao que corresponde. Acrescentou que a estrutura física da balança não é boa, mas o servidor que faz o registro é bem organizado, apesar do dinheiro chegar fisicamente, o que é muito perigoso para se perder o controle, o ideal seria o recolhimento via boleto, pagamento com cartão de crédito ou débito ou outro meio com registro. Sra. Simony contou que as dúvidas quanto à balança surgiram há alguns meses, o pessoal da SEMMA e os Secretário de Finanças e da SEMMA já estão cientes disso, inclusive o Secretário de Finanças contou que quando se faz boleto tem um gasto o que diminuiria a entrada para o Fundo. Sra Marina, aluna de biologia da Unesp perguntou o porquê da diferença dos valores que entram pela autuações serem tão altos de um mês para o outro e o Sr. Ricardo explicou que os valores das autuações que entram no Fundo não apresentam um padrão porque o pagamento pode ser contestado pelos munícipes e, assim, uma autuação feita hoje pode demorar meses para ser paga, isso justifica o fato de alguns meses terem valores de entrada em autuações bem mais altos que outros meses. Sr. Carrijo acrescentou que o COMDEMA pode sugerir outras medidas além da multa nas autuações, mas que a decisão final é sempre do Secretário do Meio Ambiente. Em seguida, passou-se ao próximo item da pauta. **2. Andamento do processo para**

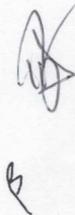
[Handwritten signatures and initials in blue ink]
CAFR
Gilda



edital do PAPP - Sra. Simony explicou que os 35% (trinta e cinco por cento) do Fundo do Meio Ambiente é dividido para cinco linhas do edital do PAPP - Flora Urbana; Educação Ambiental; Gestão de Resíduos Recicláveis; Resíduos Hídricos e Tratamento de efluentes e; Defesa de Animais Domésticos -, conforme foi definido em dezembro e cumprindo a obrigação legal que o COMDEMA tem de dar seguimento ao andamento do edital. Acrescentou que a minuta do edital começou pela gestão anterior do COMDEMA, mas teve de ser interrompida diante da pandemia e agora estão tentando agilizar porque os prazos já estão atrasados, pois a audiência pública deveria ter ocorrido em setembro de 2021 (dois mil e vinte e um). Assim, no começo de 2022 (dois mil e vinte e dois) a CTLegis fez a revisão e atualização da minuta que foi encaminhada à Secretaria de Negócios Jurídicos, no mês passado os pareceres jurídicos aprovaram e o diretor da Procuradoria Imobiliária sugeriu que o edital fosse acompanhado pelo Conselho do Município. Dessa forma, a Sra. Simony, na qualidade de presidente do Conselho e com auxílio da CTLegis, fez o parecer no sentido de que o COMDEMA já é órgão deliberativo e consultivo dos assuntos relacionados ao meio ambiente em toda a área do município e que a lei municipal atribui ao COMDEMA a gestão do PAPP e do Fundo do Meio Ambiente. Além disso, a intenção é de celeridade do edital pelo motivos já expostos, propondo que as audiências públicas e demais atos relacionados ao edital sejam realizados sem retardar os atos que já estão em atraso, e quando constituída nova gestão do Conselho Municipal, o COMDEMA dará ciência ao Conselho do Município. Sr. Ricardo reforçou que o COMDEMA tem competência para fazer a gestão do edital e por isso não tem necessidade da participação do Conselho do Município. Sra. Simony colocou o parecer a ser enviado à Secretaria de Negócios Jurídicos em votação, sendo aprovado por 13 (treze) dos conselheiros presentes, sem o apoio do Sr. Carrijo. Em seguida, informou que é necessário compor uma comissão - Comissão Técnica de Acompanhamento de Projetos (CTAP) - para julgar e acompanhar os projetos a serem executados através do edital, conforme aprovado na ata da reunião de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte). Sr. José questionou se há valor mínimo para apresentação de propostas em cada linha e Sra. Simony explicou que os valores divididos por linha são os valores máximos disponíveis. Sr. Carrijo afirmou que é o valor máximo por linha, mas pode ter mais de um projeto por linha. Sra. Gilda explicou que o edital apresenta várias regras para selecionar os projetos e pontuações para divisão dos valores no caso de mais de um projeto por linha. Na sequência, a Sra. Simony explicou que para formação da CTAP é necessário a participação de dois membros do Conselho Fiscal, dois membros da SEMMA para atuar exclusivamente nas funções administrativas e mais cinco pessoas, tendo em vista serem 05 (cinco) as linhas dos projetos a serem aprovados pelo Edital PAPP, solicitando que os interessados se manifestassem. Após alguns momentos de debates, a CTAP ficou com a seguinte formação: Sr. Renato Delgado; Sra. Ana Elisa Talon; Sr. Carlos Alberto Rino; Sra. Sirlei Cardoso; Sr. Otaviano Pereira e Sra. Simony Coelho, pelo Conselho Fiscal; Sr. José Paulo, da Fundação Florestal e; Sr. Roldão Antonio e Sra. Fernanda, pela SEMMA. Sr. Renato comentou que pode acontecer de uma linha ter excesso de projetos apresentados e outra não ter nenhum projeto apresentado e; após algumas discussões, chegaram à conclusão que o que se pode pensar é na possibilidade de se reabrir o edital nos casos de não

[Handwritten signatures and initials]
CAFR
Gilda

haver inscritos no prazo original, mas que caso não haja mesmo ideal é o valor da linha retornar ao fundo. Sra. Simony informou que convocará uma audiência pública junto à SEMMA para formalizar, apresentar o cronograma e demais etapas do processo, transformar a minuta em edital e enfim dar seguimento; e passou para o próximo item. **3. Processos Administrativos Semma nº 132040/2021 e 116392/2021, referentes a supressão e danos em espécies arbóreas e nº 44904/2021, referente a árvores tombadas** - Sra. Simony explicou que os recursos não aceitos pela junta de impugnação relativos à autuações ambientais vêm para decisão do COMDEMA, que na verdade faz um parecer deliberativo com sugestão ao Secretário do Meio Ambiente, o qual tem a decisão final. Apresentou primeiro os dois processos nsº 132040/2021 (cento e trinta e dois mil e quarenta de dois mil e vinte e um) e 116392/2021 (cento e dezesseis mil e trezentos e noventa e dois de dois mil e um) ambos referentes a supressões e danos em espécies arbóreas. Acrescentou que já é recorrente a percepção da Câmara de que há falta de informação do munícipe quanto ao procedimento da poda e/ou supressão, o que foi ressaltado nos pareceres discutidos, deixando a sugestão para a SEMMA da necessidade do reforço na Educação Ambiental, mostrando como exemplo os folders distribuídos em Piratininga, nos quais consta uma relação de pessoas habilitadas para a supressão e poda, artigo da lei a ser observado e outras informações importantes. Sr. Ricardo Crepaldi sugeriu colocar essas informações em contas ou documentos que o munícipe já receba, e Sra. Sirlei Cardoso acrescentou que a conta de água ainda é entregue em casa e o ideal é não gerar mais papel. Sra. Simony Coelho sugeriu colocar essas imagens no site da própria SEMMA; em seguida, projetou os pareceres, primeiro o 116392/2021 (cento e dezesseis mil e trezentos e noventa e dois de dois mil e um) sobre poda drástica feita em uma oiti, cuja autuação pelo fiscal foi de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Explicou que a Câmara Técnica tem como hábito sugerir a troca do valor da multa pelo equivalente em doação de mudas nativas do cerrado para o viveiro municipal com altura igual ou superior a 1,5m (um metro e meio), e que, como já explicado em outras reuniões, essa alternativa da substituição está prevista em lei e, com a ajuda do Fruto Urbano, foi atribuído o valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) em média por muda, assim o valor da multa da autuação é dividido por vinte e cinco, o que determina a quantidade de mudas sugeridas pela Câmara Técnica. Assim, neste processo a Câmara constatou que houve realmente a poda drástica, julgando improcedente o recurso e sugerindo a doação de 30(trinta) mudas. Colocado em votação, foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. Passando ao processo 132040/2021 (cento e trinta e dois mil e quarenta de dois mil e vinte e um) informou que também trata de poda drástica de oiti, caso muito similar ao outro, o qual a Câmara também manteve a autuação e sugeriu a troca da multa pela doação de 50 (cinquenta) mudas, também assinalando, para a SEMMA, como fator preocupante, a falta de conhecimento do munícipe. Sr. Carlos Rino questionou se é possível saber quantos munícipes de fato fazem essa doação, apontando também o fato de que o mesmo valor convertido em doação não é atrativo ao munícipe o qual terá ainda mais trabalho para conseguir as mudas e sugerindo que talvez a Câmara devesse trabalhar com metade do valor. Sr. Otaviano Pereira disse que quanto a acatar a doação ou não é critério do Secretário do Meio Ambiente, pois é ele quem realiza avaliação para

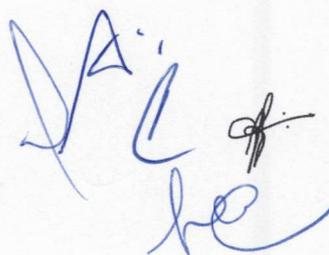


verificar se o viveiro municipal está cheio ou não para receber novas espécies, uma vez que nada adianta doar mudas para que morram. Sra. Simony Coelho respondeu que a Câmara Técnica está começando a fazer este levantamento da doação dos munícipes, mas que antes mesmo disso é preciso fazer o levantamento de que se o Secretário do Meio Ambiente tem acatado essa sugestão de trocar a multa pela doação, além disso, a intenção da Câmara Técnica é a de que as pessoas não odeiem as árvores. Colocado em votação, foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes com oposição do Sr. Ricardo Coube que se manifestou afirmando que os valores cobrados em multas pela Prefeitura são exagerados na gestão pública. Sra. Simony Coelho passou então ao processo nº 44904/2021 (quarenta e quatro, novecentos e quatro de dois mil e vinte e um) referente ao levantamento das árvores tombadas feito pela Engenheira Florestal Marcela, da SEMMA. Contou que em julho do ano passado a Sra. Marcela solicitou auxílio para levantamento e relatório completo de todas as árvores tombadas do município contando que a situação é de informações desencontradas, com decretos sobre árvores inexistentes e/ou árvores diferentes das mencionadas, entre outras situações; na época o parecer aprovado pelo COMDEMA foi solicitando que a Engenheira Marcela elaborasse um quadro informativo com aquilo que fosse possível confirmar, independentemente de encontrar a árvore em questão ou não, e inclusive que essas situações adversas constassem do quadro. Mas, o processo retornou para o COMDEMA com dois pontos importantes: primeiro, veio com parecer do Sr. Daniel, Diretor do Departamento Zoo-Botânico, sugerindo que o COMDEMA fizesse a visita árvore por árvore com a Engenheira; segundo, a Sra. Simony reparou que no meio do processo constava relatório sobre as árvores suprimidas na Praça Portugal, o qual o COMDEMA não foi ouvido na época. Então, a Sra. Simony Coelho com a Câmara Técnica fez dois pareceres, um para cada situação e fazendo sua leitura. Quanto ao levantamento das árvores tombadas a ser feito pela Engenheira Marcela, o parecer foi no sentido de não concordância com despacho do Sr. Daniel Tarcinalli, uma vez que o COMDEMA já havia solicitado o quadro informativo da situação atual das árvores - sejam elas localizadas ou não - o que não aconteceu, e que a Câmara não entende que o COMDEMA deva realizar trabalhos que são de competência da SEMMA, além disso a dificuldade em localização de algumas árvores não pode justificar atraso na identificação e consequente manutenção das demais. Sr. Daniel Tarcinalli explicou que muitos decretos foram criados sem coordenadas ou descrição correta da árvore ou da localização exata, e que a sugestão dele não é do COMDEMA acompanhar a vistoria de todas as árvores, mas para que os membros busquem dentro do Conselho quem seja mais antigo e tenha informações desses decretos para tentar identificar algo dessas que são mais complicadas, e deu o exemplo do flamboyant da Rui Barbosa cujo decreto de 20 (vinte) anos atrás diz que à época tinha 50 (cinquenta) anos, então hoje teria 70 (setenta) anos, mas o flamboyant localizado tem no máximo 15 (quinze) anos e não se encontra registro do que aconteceu - se supressão, queda e substituição etc. Acrescentou que a SEMMA ao longo dos anos realmente não teve esse controle do que caiu, foi substituído ou suprimido, então a SEMMA solicita essa contribuição com do COMDEMA, mas vai pedir à Engenheira que apresente então o que já foi feito ao COMDEMA. Sr. Renato Delgado reforçou que a SEMMA deve apresentar o relatório com o que



CAFRR
Gilda

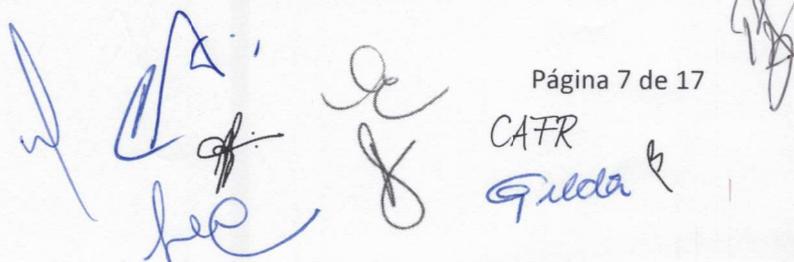
tem em mãos, independentemente de as informações estarem completas ou não, e o Sr. Ricardo Carrijo retomou o tema do Timburi da Praça, lembrando que ele já passou por dois pedidos de supressão por risco de queda negados pelo conselho, mas que se mantém até hoje, sendo que o município tem cerca de 184 (cento e oitenta e quatro) árvores tombadas - pelo que consta no site da Prefeitura -, mas que o Timburi é icônico para o município. Deixou o questionamento de porquê o poder público não cuida dessas árvores. Sr. Daniel Tarcinalli disse que quanto ao Timburi, acredita que em 2015 (dois mil e quinze) tenha sido ele mesmo que sugeriu sua substituição, já em 2019 (dois mil e dezenove) ele não sabe, provavelmente tenha sido outro técnico. Essa árvore foi uma das que passou por análise por ultrassom do tronco e que essa espécie tem um problema de queda de galhos grandes porque na junção dos galhos com o tronco forma um local que acumula água, causa apodrecimento desse pedaço e queda dos galhos. Por isso, ela é problemática para o meio urbano e causa preocupação para a SEMMA, pois já está oca por baixo como mostrou o ultrassom, foi cimentada e já teve infestação de cupim no tronco próximo à raiz. Acrescentou que o Timburi não cai facilmente porque é robusto com muitas raízes, mas os galhos podem sim cair, então a análise técnica da SEMMA para a sugestão de substituição do Timburi foi essa, inclusive não vê um tratamento fitossanitário que resolva esse problema. Além disso, a SEMMA não tem pernas para cuidar assim de todas, inclusive porque não tem conhecimento de todas as tombadas, o problema para a SEMMA é a manutenção da árvore, principalmente pela quantidade do corpo técnico. Sr. José Paulo perguntou se seria possível fazer um isolamento do raio da copa e talvez até com um paisagismo. Sr. Renato Delgado disse que tem o problema dos ambulantes que é outra questão e o Sr. Daniel Tarcinalli disse que já se tentou orientá-los mas que eles não saem e a copa do Timburi é muito grande, seria inviável. Sugeriu-se que fosse utilizado dinheiro do Fundo para fazer a gestão das árvores tombadas já que a SEMMA não o faz e o Sr. Ricardo Carrijo contou que antes da pandemia a SEMMA solicitou autorização para usar os recursos do Fundo do Meio Ambiente na compra de 10 (dez) caminhões para coleta de lixo e que há informações que um destes caminhões se envolveu em acidente e deu perda total, o Fundo pode ser utilizado para isso pela SEMMA, só que o orçamento da SEMMA é ainda é muito pequeno para o volume de questões e problemas ambientais de Bauri e essa é outra discussão. Sr. Renato Delgado comentou ainda que existe a questão dos resíduos de poda, mas não dá para discutir isso se não existem nem podadores suficientes para o município. Esse é um problema que precisa ser resolvido antes. Sr. José Aparecido concordou com o exposto pelo Sr. Ricardo Carrijo, afirmado que a discussão das árvores tombadas é pertinente e que a manutenção delas deve ser prioritária, lembrando que quanto à manutenção dessas árvores não há somente empresas, mas vários alunos de biologia das universidades e pelo Empresa-Escola é possível dar bolsas e formar convênio para pesquisadores e alunos fazerem esse tipo de trabalho, falta apenas articular para achar alternativas. Sr. Renato Delgado lembrou que existem praças adotadas no município que têm árvores tombadas e o Sr. Daniel Tarcinalli explicou que a SEMMA faz a manutenção de todas as árvores nas praças adotadas, sejam elas tombadas ou não, até porque muitos não tem conhecimento técnico para a manutenção adequada, inclusive isso consta nos contratos de adoção. Acrescentou que a



CATR
Guda



prioridade de utilização do Fundo pela SEMMA é para fazer o inventário de arborização e o Plano Diretor de Arborização do Município. Sr. Ricardo Coube afirmou que a cidade tem enorme dificuldade de cuidar do que deveria cuidar, inclusive os Distritos Industriais de Bauru, que teoricamente para qualquer cidade cuidar bem dos distritos por questões econômicas e de emprego é fundamental, estão abandonados, que estão *“preocupados com uma árvore lá, e os distritos que têm empresas monstruosas não têm água, esgoto, não tem guia, não têm nada. Isso que eu acho que o município não tem autoridade de multar porque tem tanta coisa pra fazer, é por isso que deveria saber eleger as prioridades e vamos gradativamente, não é essa a administração, mas vamos em duas, três, quatro se vai avançando aí.”* Sra. Ana Laura, questionou porque não pode haver poda constante do Timburi na Praça Rui Barbosa e porque a supressão seria mais efetiva. Sr. Daniel Tarcinalli respondeu que o Timburi é um caso tecnicamente específico porque galhos que aparentemente estão saudáveis podem vir a cair por terem juntado água na junção com o caule, assim não dá para simplesmente ir podando porque é impossível dizer quais galhos estão nessa situação, mas a poda dos galhos secos é feito constantemente como é feito com qualquer outra árvore. Sra. Ana Laura contou que seu receio é de que as áreas nobres do município recebam atenção enquanto as árvores das áreas menos favorecidas, como a Praça Rui Barbosa que fica no centro, fiquem de lado. Sr. Daniel afirmou que tentam dar atenção a todos esses espaços - Parque Vitória Régia, Praça da Paz, Rui Barbosa ou Praça das Cerejeiras -, mas como são poucos servidores e apenas duas equipes de poda, é difícil dar a manutenção necessária com a constância necessária a todas elas, por isso não tem um cronograma de todas as praças do municípios e muitas são atendidas conforme demanda feita pela população. Sra. Simony então colocou em votação o parecer já lido no sentido de que a Engenheira Marcela elabore um quadro informativo com aquilo que for possível confirmar, independentemente de encontrar a árvore em questão ou não, e inclusive que essas situações adversas constando do quadro, para posterior análise do COMDEMA. Colocado em votação, foi aprovado pelos conselheiros presentes. Em seguida, informou que quanto ao relatório sobre as árvores suprimidas na Praça Portugal, o qual o COMDEMA não foi ouvido na época, e que estava no meio do processo, a Câmara Técnica com a Sra. Simony Coelho também elaboraram parecer. Informou que o relatório aponta que são quatro árvores tombadas na Praça Portugal e que nenhuma delas está em estado normal de saúde - estão com concreto, arame farpado, estado fitossanitário inadequado etc - assim, o parecer foi no sentido de requerer medidas urgentes pela SEMMA com posterior relatório prestando informações das ações tomadas para o COMDEMA no prazo de 01 (um) mês. Colocado em votação foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. **4. Lei de Arborização Urbana** - Sra. Simony passou a palavra ao Secretário do Meio Ambiente, Sr. Levi Momesso, o qual disse que como todos têm o mesmo objetivo é preciso cada um buscar o que pode ajudar até porque tem muita discussão desnecessária, uma vez que a maior parte das pessoas sabe a realidade, mas faz de conta que não sabe. Acrescentou que a lei municipal define expressamente que todas as árvores do município são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Bauru e que quando tem alguma chuva ou ventania que causa queda de várias árvores, não é possível atender com



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'CATR' and 'Gilda'.

urgência todos os munícipes que solicitam ajuda porque não têm servidores ou equipamentos suficientes. Contou que a discussão sobre as árvores tombadas começou por causa da Câmara Municipal que pediu a relação de todas as árvores tombadas do município e que a SEMMA poderia simplesmente listar o que já tem, ou seja a lista não atualizada ou conferida, e enviar, mas o COMDEMA tem um peso nesse processo, pois o processo de tombamento passa pelo conselho e se a SEMMA não enviou um levantamento para o conselho ainda, é porque ainda não foi possível fazê-lo. Quanto à Praça Portugal, foram arrancadas 144 (cento e quarenta e quatro) árvores e plantadas 600 (seiscentas), mas não acha isso justo, assim como não acha justo a pessoa arrancar uma árvore e ter que plantar 15 (quinze) porque o município tem muitos TCRA's e hoje o município não tem um lugar para falar para o munícipe *"olha, planta aqui. Então, é aquela situação que fica fazendo lei e lei para não cumprir. E a gente acha que tá ajudando e vai piorando."* O Secretário defendeu a necessidade de se achar um meio termo entre quem só odeia a árvore e quem só defende, assim como existe a Lei de Acessibilidade que precisa ser aplicada nas calçadas, também existe a lei de arborização e assim como é preciso proteger o meio ambiente, é preciso promover o desenvolvimento do município ao mesmo tempo. *"A lei de arborização define que a árvore com eminente risco de queda ou doente que vai poder ser suprimida, aí o cadeirante não está passando por causa do espaçamento, mas eu não tenho critério para arrancar aquela árvore, a lei não fala que quando o cadeirante não passar na calçada a árvore pode ser arrancada. Então, nós temos que discutir aqui para construir uma lei de arborização que seja realista. Não voltada só para aqueles que querem defender as árvores nem aqueles que querem derrubar, nós temos que ser realistas."*, disse. Reforçou a importância de não se ver o ambientalista nem o empresário como inimigos, lembrando que a questão das árvores tombadas foi por uma provocação da Câmara Municipal, mediante o artigo 18 da Lei Orgânica e que solicitou um relatório sobre elas e é preciso enviar um relatório que esteja atualizado para prestar informações verdadeiras, mas como está havendo esse desencontro de informações sobre a realidade e os decretos, será solicitado mais tempo à Câmara e por isso, pede a ajuda do COMDEMA. Ainda acrescentou que o ideal seria ter sementes dessas árvores tombadas, assim na necessidade de substituição por queda ou outras situações seria possível eternizar essa mesma espécie arbórea, mas que tudo isso depende de uma estrutura que o poder público não tem. Inclusive, isso se aplica à ideia de se fazer georreferenciamento das árvores tombadas: a Prefeitura não tem estrutura técnica para isso. Sr. Levi aproveitou para contar que toda a questão da causa ambiental agora está sendo incorporada à SEMMA, mas os recursos financeiros e humanos não se adequam à realidade. Sr. Renato Delgado questionou se o licenciamento, para atender o desenvolvimento e a parte ambiental, não seria mais interessante para o município partir do municipal para o regional, uma vez que o Secretário do Meio Ambiente já deixou claro que o município *"não tem pernas"* para isso e o Sr. Levi respondeu que existe uma demanda da Assenag pedindo isso, e que olhando como cidadão comum é uma boa ideia, mas falando como Secretário isso seria uma *"furada"*, pois se o município, com a estrutura atual, não consegue dar conta das árvores isoladas, não seria possível assumir os fragmentos também, e o fato do município fazer o licenciamento não significa que está isento -



Página 8 de 17
CAFR
Gilda

existe a própria polícia ambiental com sua fiscalização exigências, por exemplo, o município precisa fazer laudos de flora para abrir ruas em bairros já consolidados com câmeras quando tem vegetação e só tem um servidor que faz esse laudo em Bauru. Sr. Renato Delgado comentou que isso seria um contrassenso e o Sr. Levi Momesso argumentou que é preciso considerar se isso resolve o problema ou cria outro porque *“quem garante que não vou demorar mais para licenciar que a própria CETESB?”* Sr. Renato acrescentou que licenciamento não é só desmatamento, desmatamento é um pedaço dentro do licenciamento e o Sr. Levi Momesso afirmou que pela produtividade ele até entende que seria melhor, mas o que ele gostaria é de poder cumprir a lei, que a SEMMA tivesse autonomia para cuidar de todas as árvores da cidade porque assim ninguém faria poda drástica ou cortaria árvores à revelia e isso é o correto, mas precisa ter estrutura para isso. *“Já comentei com a Simony Coelho e o Ricardo Carrijo que o meu sonho é fazer um projeto a médio e longo prazo, para os próximos dez anos. Mapear duas mil árvores que precisam ser arrancadas, essas árvores grandes que estão com risco de queda, a gente corta, mas não todas no mesmo ano, cem por ano e assim você vai repondo: daqui dez anos você já mudou a arborização inteira da cidade. Mas tem que ter um projeto e estrutura para isso.”*, afirmou. Sr. Levi Momesso aproveitou para contar que a SEMMA conseguiu um triturador com uma verba de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) que veio de uma emenda de um Deputado, que seria para a compra de um caminhão com um triturador, mas a especificação da emenda deixou comprar apenas o triturador sem o caminhão. Tinha outras opções de equipamentos, assim decidiu por comprar o triturador com verba própria, com essa verba da emenda mais R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) comprar uma pá carregadeira para atender demanda da SEMMA. Então, solicitou ajuda do COMDEMA para comprar um caminhão basculante para o compactar o triturador, explicando que quando se corta árvores grandes chega a dar até dez viagens para levar os resíduos até o aterro municipal, sendo que só tem dois caminhões no município para fazer esse serviço e o caminhão com o triturador facilitaria diminuir muito essas viagens. Sra. Simony solicitou que o pedido seja formalizado em reunião do COMDEMA, com demonstração de orçamento e justificativa, para o pleno, para deliberação por este quanto à liberação do valor solicitado.

5. Participação do Comdema nas audiências públicas - PL Distritos Industriais, Desburocratização procedimento aprovação Seplan, e outras. Sra. Simony Coelho contou que o COMDEMA não era informado das audiências públicas que ocorriam, mas a partir das manifestações dessa gestão o conselho passou a receber os convites. Assim, informou que aconteceu audiência pública para tratar da atualização da lei dos distritos industriais e passou a palavra ao Sr. Ricardo Carrijo, que participou representando o COMDEMA. Sr. Ricardo Carrijo contou que nesse mês ocorreram duas audiências que interessam ao meio ambiente e afirmou que não é perda de tempo discutir árvore tombada e que isto faz parte das atribuições do COMDEMA. Disse que a primeira audiência foi sobre o projeto de lei que trata da supressão de *espatódia*, que é uma árvore que prejudica muito a biodiversidade matando abelhas e beija-flores, e nessa audiência descobriu-se que já existia uma lei municipal que proibia o plantio dessa espécie, mas que tem sido plantada tem mais de quinze anos e como não houve a fiscalização adequada e necessária e que o prejuízo ambiental foi grande no período. Então, nesse



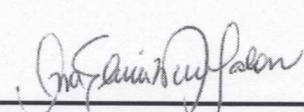
tempo muitos crimes ambientais foram cometidos e não punidos, assim como ocorreu a morte de muitas abelhas e beija-flores porque não houve a fiscalização dessa proibição de plantio de espatódia no município. A segunda audiência que o COMDEMA participou foi sobre a atualização da lei que regulamenta a concessão de áreas nos distritos industriais, lei que é dos anos 90 (noventa). Afirmou que ainda falta mentalidade em relação ao meio ambiente na cidade pois no CADEM – Conselho de Desenvolvimento Economico conselho que discute a doação de área na cidade não tem representantes do COMDEMA e que o texto do projeto apresentado pela SEDECOM reconsiderou esta falha e acrescentou um representante deste Conselho ambiental . Reforçou que falta atualidade e mentalidade em prol do meio ambiente nos órgãos públicos de Baurópolis, tanto que o artigo 16 (dezesseis) traz um único inciso com o termo “Plano voltado para sustentabilidade”, o que é bastante genérico e não diz nada. Afirmou que o ideal seria trazer específico “gestão de resíduos sólidos” ou outros quesitos porque apenas “plano voltado para sustentabilidade “ deixa aberto que não se faça nada para o meio ambiente e se gere insegurança jurídica para as empresas interessadas em se instalar na cidade. Sra. Gilda Scalfi contou que, devido ao Programa Município VerdeAzul, foi solicitado que se colocassem alguns itens específicos sobre meio ambiente, mas pelo visto, nada do que foi pedido entrou no projeto de lei que está sendo discutido. Sr. Ricardo Carrijo afirmou que, como ainda está em fase de tramitação, ainda haverá tempo de corrigir, mas que esse projeto revela que falta conhecimento e noção do que é cuidar do meio ambiente em um distrito industrial, porque às vezes se impede a instalação de novas indústrias - como a lei do cerrado que se aplica - e que o COMDEMA precisa atuar onde se discutem as leis: precisa ter representante do meio ambiente, não para se amarrar as indústrias, mas para que o distrito industrial tenha condições adequadas de gerenciamento do meio ambiente. *“Então, eu acho que existe aqui uma polarização: gente que é a favor e gente que é contra. Diz que nós somos do meio ambiente, nós somos contra o meio ambiente. Não. Praça Portugal, projeto para fazer a rotatória, todo mundo era a favor como bauruense, mas como conselho éramos a favor de pelo menos saber o que ia acontecer ou fazer da forma correta. Então, acho que devagar, estamos conseguindo colocar ordem nas coisas. A lei dos distritos ficou muito legal, mas quando fala da questão do meio ambiente, tinha essa falha de não ter ninguém do COMDEMA na composição do CADEM, e a segunda falha é a expressão genérica do ‘plano voltado para sustentabilidade’. Não é isso que precisa num distrito industrial, quando pede para uma empresa que tenha um plano de gerenciamento de resíduos?, é o que a lei pede, é o mínimo que queremos: onde é que a empresa vai descartar os seus resíduos? Vai mandar para uma cooperativa? Vai ter um ecoponto dentro do distrito industrial? É um discussão um pouco mais aprofundada, mas começamos e não vamos abrir mão. Chegou lá na Câmara um projeto de lei que estão transferindo para a Defesa Civil a responsabilidade de cortar árvore. Quem pode cortar árvore tombada? Então, precisamos colocar as coisas no lugar e esse conselho aqui tem a responsabilidade de pensar estrategicamente o que devemos fazer para melhorar o meio ambiente na cidade. Uma das coisas é melhorar as leis e a atual lei dos distritos industriais é dos anos noventa, tá sendo adequada. Precisamos atrair indústrias? Precisamos. Precisamos atrair*

indústrias ambientalmente corretas. Faz a lei direitinho porque daqui a trinta anos, quando for discutir de novo essa lei, ainda será adequada à realidade?”, argumentou o conselheiro. Foi ainda lembrado que na década de 1990 (mil novecentos e noventa), a lei ambiental de Baurópolis era progressista e que, em sua adequação, deveria manter e avançar alguns tópicos e não retroceder, uma vez que a visão que a pauta ambientalista trava o progresso não corresponde à realidade. Sra. Simony Coelho aproveitou para contar que na audiência pública sobre a desburocratização dos procedimentos da SEPLAN, ela esteve presente com outros conselheiros e eles deixaram claro para os vereadores que o COMDEMA não tem a intenção de impedir o desenvolvimento da cidade, pelo contrário a intenção é a qualidade de vida e isso envolve o desenvolvimento da indústria, afirmando que necessidade e vontade do COMDEMA de trabalhar junto da SEPLAN e da SEDECON no desenvolvimento dessas leis. Também lembrou que hoje muitas empresas estão aplicando a questão ambiental e social como critérios para seu desenvolvimento, encerrando a discussão. **6. Outros assuntos** - Sra. Simony perguntou se algum dos conselheiros teria interesse em dispor o local para a próxima reunião, agradecendo já o Sr. Renato Delgado pela disponibilização da local da reunião que se encerra. Sra. Gilda Scalfi ofereceu o Horto Florestal para a reunião do dia 24/06/2022 (vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois), ficando então a reunião marcada neste local. Sr. Ricardo Carrijo aproveitou e solicitou ao professor Matheus se seria possível marcar alguma das próximas reuniões na Unesp, estendendo a ideia aos demais representantes com intuito de se fixar já o calendário do ano todo. Em seguida, Sra. Simony encerrou a reunião às 12h02 (doze horas e dois minutos). Eu Talita C. Mota lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada por todos os conselheiros.

SIDNEI RODRIGUES
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMMA)
Titular



GILDA MARIA S. CARVALHO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMMA)
Suplente



ANA ELISA MOURA TALON
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)
Titular

NATASHA LAMÔNICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)
Suplente

OTAVIANO ALVES PEREIRA
SECRETARIA DE AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO (SAGRA)
Titular

LUIZ FERNANDO N. SILVA
SECRETARIA DE AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO (SAGRA)
Suplente

RODRIGO CÉSAR DA SILVA
SECRETARIA DE OBRAS (SMOP)
Titular

MATHEOS DE LIMA CARVALHO
SECRETARIA DE OBRAS (SMOP)
Suplente



DANIEL GODOY TARCINALLI
SECRETARIA DE SAÚDE (SMS)
Titular

EZEQUIEL APARECIDO DOS SANTOS
SECRETARIA DE SAÚDE (SMS)
Suplente



SIRLEI SEBASTIANA P. CAMPOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SME)
Titular

LÍGIA MARIA R. REMAEH
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SME)
Suplente

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

MARCELO MAKINO
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL (EMDURB)
Titular

NIVALDO APARECIDO RIO PERES
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL (EMDURB)
Suplente

Carlos AFRino

CARLOS ALBERTO FERREIRA RINO
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)
Titular

WESLEY PASSETO DE FREITAS
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE)
Suplente

MARCELO RAYAL DIAS
DEFESA CIVIL
Titular

PAULO RODRIGUES
DEFESA CIVIL
Suplente

LEO ARTUR MARESTONI
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL
Titular

CRISTIANE MARTINEZ DAMIATI
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL
Suplente

Renato

RENATO THEODORO DELGADO
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
INTEGRAL (CATI)
Titular

EDUARDO CAMINERO GOMES
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
INTEGRAL (CATI)
Suplente

Bruna

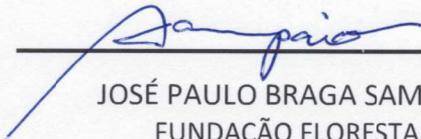
BRUNA ARANTES PARRERA PINTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA
ELÉTRICA (DAEE)
Titular

FABIO MICHELOTO MITICA
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA
ELÉTRICA (DAEE)
Suplente

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

MARIA IZABEL M. DE MEDEIROS
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS
AGRONEGÓCIOS (APTA)
Titular

ELISANGELA MARQUES J. TORRES
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS
AGRONEGÓCIOS (APTA)
Suplente



JOSÉ PAULO BRAGA SAMPAIO
FUNDAÇÃO FLORESTAL
Titular

NELSON ANTONIO GALLO
FUNDAÇÃO FLORESTAL
Suplente

ALOISIO COSTA SAMPAIO
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)
Titular

PRISCILA TELLES DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)
Suplente

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
(AGB)
Titular

LOURENÇO MAGNONI JÚNIOR
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
(AGB)
Suplente

JOSÉ RICARDO SCARELLI CARRIJO
INSTITUTO AMBIENTAL VIDÁGUA
Vice-Presidente

JOSÉ PILI CARDOSO FILHO
INSTITUTO AMBIENTAL VIDÁGUA
Suplente